

FILOSOFIA
REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO



Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Revista fundada em 1970, publicada até 2013 (vol. 30) com o título *Revista da Faculdade de Letras – Série de Filosofia* (1.ª série 1970-1973; 2.ª série, desde 1985).

DIRETOR: José Meirinhos
(Departamento de Filosofia e Instituto de Filosofia)

CONSELHO EDITORIAL: António Braz Teixeira (Lisboa)
António Manuel Martins (Coimbra)
Charles Travis (Londres/Porto)
Hans Thijssen (Nijmegen)
Isabel Matos Dias (Lisboa)
João Rosas (Braga)
Octavi Fullat (Barcelona)
Juan Vasquez (Santiago de Compostela)
Maria de Sousa (Porto)
Maria Luisa Portocarrero (Coimbra)
Rafael Ramón Guerrero (Madrid)
Walter Osswald (Porto)

CONSELHO DE REDAÇÃO
(Departamento de Filosofia
e Instituto de Filosofia,
UI&D 502)

João Alberto Pinto
José Meirinhos
Luís Araújo
Maria Celeste Natário
Maria Eugénia Vilela
Maria João Couto
Paula Cristina Pereira
Paula Oliveira e Silva
Paulo Tunhas
Rui Bertrand Baldaque Romão
Sofia Miguens

EDITOR E PROPRIEDADE: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

DISTRIBUIÇÃO / PERMUTAS Serviço de Publicações – Biblioteca Central
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 Porto

ENDEREÇO: Filosofia, Revista da FLUP
Departamento de Filosofia
Faculdade de Letras
Via Panorâmica s/n
4150-564 Porto (Portugal)

E-MAIL: filosofia.revista@letras.up.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: Edições Afrontamento
TIRAGEM: 150 exemplares
ISSN: 0871-1658
ISSN-e: 2183-6892
DEPÓSITO LEGAL: 175913/02

As opiniões defendidas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não representam posições assumidas pela própria revista.

Todos os artigos são submetidos a dupla revisão anónima por pares (double blind peer review process).

A revista tem edição impressa e edição online: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia>

Rosalie Helena de Souza Pereira, *Averróis: A arte de governar. Uma leitura aristotelizante da República*, Ed. Perspectiva, São Paulo 2012; 335 pp.; ISBN 9788527309271.

'Abūl-Walīd Muhammad Ibn 'Ahmad Ibn Rušd (Córdoba 1126 – Marraquexe 1198), latinizado para Averroes, é um dos mais importantes filósofos de sempre, seja qual for a perspectiva que se assuma perante a sua história. Ainda recentemente na sua monumental obra *Methaphysical Themes 1274-1671*, (Oxford 2011), onde se propõe uma ampla revisão da filosofia medieval e do início da Idade Moderna, Robert Pasnau não hesitava em escrever logo na p. 1: «I tend to think of modernity as coming in the late twelfth century, with Averroes's magisterial commentaries on Aristotle». Uma afirmação como esta encerra o seu grau de provocação e de estímulo à controvérsia. Muito medievais, árabes ou cristãos, ficariam horrorizados se suspeitassem que, apesar das suas incisivas críticas e mesmo a destruição de muitos dos manuscritos com obras de Averróis, ainda mesmo assim a sua influência seria tão profunda. A verdade é que o foi, mas através de formas que começam a ser objeto de estudo menos apaixonado ideologicamente.

Ibn Rušd ou Averróis teve sempre seguidores (os chamados «averroístas»), mas também uma teve uma persistente linhagem de detratores e críticos, desde a Idade Média até ao século XX, que viam no seu pensamento o afloramento de juízos racionalmente insustentáveis, acusando-o de ser o fator de uma forma depravada de pensar. «Ille maledictus Averroes in fictione sua III *De anima*» é apenas como Duns Escoto (*Opus Oxoniense*, d. XLIII, q. 2, p. 37 da ed. vaticana; cfr. *Ordinatio*, II, d. 3, p. 1, q. 5-6, p. 472) se refere à doutrina da unicidade do intelecto enquanto substância separada, porque implicava a defesa da mortalidade da alma humana, hipótese que afligia Escoto e a tradição teológica cristã (assim como a islâmica). Esta e mais algumas doutrinas, junte-se-lhe a questão da eternidade de mundo, ou a crítica à teoria trinitária da teologia cristã, contri-

buiriam para firmar por séculos essa reputação negativa do grande filósofo de Córdoba como campeão extremista da separação entre a razão e a fé e da defesa da superioridade da Filosofia sobre a Teologia. Mesmo assim, essa visão, negativa para alguns, positiva para outros, nunca obscureceu o reconhecimento da sua genialidade filosófica, ou do perigo que ela representava.

Averróis é conhecido e citado no mundo latino e no mundo judaico desde o século XIII como «o comentador» por antonomásia, pelos seus trabalhos de interpretação e explicação das obras de Aristóteles. É efetiva a influência de Averróis nos domínios jurídico, médico, filosófico, dadas as obras magistrais que produziu em todos eles. Também em vida o seu pensamento e influência foram controversos. Apesar de ser Qadi de Sevilha, além de jurisconsulto e médico reconhecido, terá sido a sua atividade de filósofo a fazê-lo cair em desgraça junto do califa de Córdoba Yaqub al-Mansur que, por intriga palaciana ou talvez sob a pressão dos juristas islâmicos, entre 1195 e 1197 o baniou da corte almóada para a cidade andaluz de Lucena, da qual regressou vindo a morrer pouco depois. A primeira parte desta obra (pp. 19-79) ocupa-se precisamente destas questões controversas, sobre as quais as fontes não são taxativas e as interpretações proliferam. O capítulo 1 ocupa-se sobretudo da vida e o capítulo 2 oferece um conspecto da não menos intrincada questão da fixação do extenso *corpus* escrito de Averróis nos domínios da Filosofia, do Direito, da Teologia, da Medicina. Pouco depois da sua morte algumas obras de Filosofia e de Medicina passam do Gharb Al-Andaluz para a Ibéria cristã, começando a ser vertidas do árabe para latim durante o século XIII. Nesse novo contexto terão uma real influência, que durará séculos (pp. 39-41), tanto o seu de medicina (*Colliget*), como alguns dos comentários a obras de Aristóteles, principalmente os grandes comentários sobre a *Metafísica*, a *Física*, a *Alma*, a *Ética a Nicómaco*. Nada foi traduzido para latim de Direito ou de Teologia, obras essas que em árabe foram mais preservadas e tiveram duradoura influência. Como é também explicado, uma parte muito substancial da obra filosófica de Averróis sobreviveu apenas em traduções para hebraico e para latim, tendo-se perdido os originais em árabe. Segundo algumas fontes árabes coetâneas, as obras de Averróis terão sido queimadas em público em grande quantidade em diferentes cidades, provavelmente em consequência e durante o período do seu banimento. A difusão em latim também não é linear, pois as obras foram traduzidas em diferentes épocas e algumas delas já não diretamente do árabe, mas sim a partir do hebraico, língua para a qual haviam sido traduzidas também em fases sucessivas nos séculos XIII e XIV.

A situação literária e linguística do *Comentário sobre a República de Platão*, a obra estudada neste livro, é um bom testemunho de todas essas e muitas mais contingências. Perdeu-se o original árabe e foi traduzida para latim duas vezes a partir do hebraico, a primeira das quais por Elia del Medigo na segunda metade do século XIV e a segunda vez já no Renascimento. Também a natureza filosó-

fica da obra é desafiante: ao contrário do que poderíamos esperar em Averróis, não é um comentário a Aristóteles mas a Platão e tudo indica que Averróis não conhecia diretamente a *República* de Platão, mas sim uma síntese ou uma paráfrase, talvez a de Galeno. Na sua paráfrase, os 10 livros da República de Platão são sumariados, explicados em 3 partes (pp. 106-109).

Conhecido apenas através de traduções antigas (em hebraico e daqui para latim), o *Comentário sobre a República de Platão* tem diversas obscuridades filológicas para cuja resolução são necessárias labirínticas retroversões que a Autora menciona: a leitura ou tradução a partir do latim obriga ao conhecimento do correspondente hebraico e a inferir quais seriam os termos correspondentes em árabe, isso com o auxílio do texto e dos conceitos platônicos e aristotélicos em grego, língua que Averróis não conhecia (para uma ilustração vejam-se os excursos vocabulário greco-árabe aristotélico em torno de desejo e apetite nas pp. 155-165, e o excurso sobre a expressão «philosophus secundum primam intentionem» nas pp. 212-214). Sobre a fascinante questão filológica e conceptual, de máxima importância no plano filosófico, a Autora vai dando indicações ao longo da obra, oferecendo um precioso guia no índice final (pp. 333-335) onde, a par dos nomes de autores árabes citados, se referenciam os conceitos árabes, gregos e portugueses (estes em menor número) mais estudados.

A segunda parte da obra, intitulada «A arte de governar» (pp. 79-224), ocupa-se de modo sucessivo de várias questões: que obra de Averróis é esta, qual a sua finalidade, quais as suas fontes, o que se discute nela e quais as posições assumidas pelo filósofo árabe quanto à questão ético-política das virtudes do governante e da natureza do governo político? O *Comentário* é sobretudo uma paráfrase na qual Averróis discute passagens e temas da *República* que mais lhe interessam, descurando uma boa parte da obra de Platão ou a sua análise literal, ao contrário do método que praticou nos grandes comentários sobre as obras de Aristóteles. Mas, se não no método, na intenção e na doutrina este comentário a Platão é feito sob o signo de Aristóteles, como a Autora sublinha desde o subtítulo deste livro que recenseamos. Averróis conhecia bem o início e o final da *Ética a Nicómaco* onde Aristóteles coloca a *Ética* sob égide da *Política*, considerada a ciência arquitectónica no que diz respeito às ciências práticas. Nem que fosse só por isso, o interesse de Averróis pela *Política* de Aristóteles já seria grande. Acontece que esta obra nunca foi traduzida para árabe e Averróis ele mesmo se lamenta por não lhe ter chegado à mão. Como poderia então compreender a teoria política de Aristóteles? A solução de Averróis é engenhosa: como não dispõe da *Política* do estagirita, tentará compreender o seu pensamento político através da *República* de Platão. Platão é assim tomado como uma via de acesso ao pensamento político de Aristóteles, acesso esse amplamente mediado pelo que encontra sobre as virtudes e a política em outras obras de Aristóteles e também na tradição filosófica árabe, em particular no pensamento de Alfarabi, por exem-

plo em *A cidade perfeita*. Averróis julgava mesmo que Alfarabi teria lido a *Política* de Aristóteles, que pensava estar disponível em árabe no Oriente, e por isso também o seu pensamento político estaria enformado por leituras de Platão e de Aristóteles. No conto «La busca de Averroes», de *El Aleph* (1949), Jorge Luis Borges pensa a imaginação exegética de Averroes que, encerrado no âmbito do islão e sem saber o que é um teatro, não consegue entender as palavras *tragédia* e *comédia* que encontra nos textos de Aristóteles. Depois de lhes dar uma interpretação que passa a escrito pela sua própria mão, Averróis, sonolento e tomado pelo frio, tira o turbante, olha-se num espelho de metal e desaparece bruscamente, como tudo o que o rodeia, talvez mesmo também o Guadalquivir. A busca de Ibn Rušd por pela *Política* de Aristóteles, que também nunca encontrou, não tem menos extraordinárias consequências filosóficas, criando através de uma ficção metodológica uma teoria política própria, nem aristotélica, nem platónica, mas propriamente averroísta. E obviamente muito distante, mesmo oposta, do «averroísmo político latino», uma outra ficção historiográfica do século XX que procurou ver em Averróis a fonte das teorias políticas medievais que procuraram fundamentar uma separação radical entre o poder temporal e o poder espiritual, dando supremacia política ao primeiro.

As diferentes formas de mediação adoptadas para poder reconstituir a teoria política de Aristóteles são coerentes quer com a inserção por Averróis da ação política na tradição teológica islâmica, quer com a interpretação da *Ética a Nicómaco*, quer com a tradição alexandrina e neoplatónica de uma concordância íntima entre a filosofia de Platão e a filosofia de Aristóteles marcada pelo conhecimento, talvez apenas indireto, da *República* e das *Leis* de Platão.

Não é menos certo que Averróis desvaloriza a expressão do pensamento através de alegorias ou de juízos dialéticos, tão próprios de Platão, preferindo os argumentos demonstrativos e a aproximação ao discurso jurídico na teorização do político virtuoso. Averróis, que nos grandes comentários se dedica justamente a um minucioso isolamento e exclusão da contaminação da interpretação de Aristóteles pelas ideias platónicas, embora não ceda à tradição concordista, estranhamente julga poder, através de Platão, reconstituir o pensamento político de Aristóteles, tendo sim em conta as outras obras deste (cfr. II.3, pp. 121-142). Por estas razões há um longo debate não concluído entre os estudiosos para a datação deste *Comentário sobre a República de Platão* e o seu significado (pp. 88-93, 100-105, etc.), para tentar datar e identificar em que época do seu percurso o terá escrito, se no início do seu conhecimento de Aristóteles se já na fase mais madura e de desplatonização da interpretação de Aristóteles. Consoante um ou outro dado biográfico, ou diferentes aspetos da obra, há bons argumentos para situar o *Comentário* c. 1176-7, como em 1182 ou 1184, assim como no período final já por 1194, hipótese que agora tende a fixar-se como mais consensual, mas a questão permanece substancialmente em aberto, embora uma opção ou outra

tenha fortes implicações no modo de interpretar a obra. A Autora defende que o objetivo de Averróis é formular uma teoria puramente filosófica, portanto aristotélica, da política (p. 221), embora partilhe também a opinião de Erwin Rosenthal segundo a qual a *República* também serve instrumentalmente a Averróis como guia para compreender o Estado e em particular os estados islâmicos seus contemporâneos. Ao longo da obra essa aproximação parece de facto ser a favorecida pela autora (pp. 105, 142, etc.).

A segunda parte é constituída pelos capítulos 4 «A virtude dos governantes», pp.) e 5 («Sobre as qualidades essenciais dos governantes», pp. 187-218), onde a Autora se centra mais especificamente na teoria ético-política construída no *Comentário*, lido em permanente diálogo com Alfarabi, com o comentário de Averróis sobre a *Ética a Nicómaco*, assim como com a tradição religiosa e com o direito islâmicos. Também a antropologia psicológica e a teoria das virtudes de Aristóteles têm um amplo espaço na reconstrução do tipo ideal de governo e de governante.

Esta teoria da virtude política deve ter espantado os leitores renascentistas habituados a escutar a acusação de impiedade que muitos faziam a Averróis. Mas, como é sabido, o Averróis latino medieval está muito longe do Averróis árabe. O desconhecimento latino de uma parte importante da sua obra deu azo a essa proliferação de críticas ao seu pensamento e mesmo ao seu caráter. Mesmo a iconografia latina é imaginada e imaginativa, de que é um belo exemplo a gravura do século XIV chamada para a capa e badana, onde se vê um Averróis barbudo, de turbante e em posição de mestre discutindo questões de abstinência alimentar com Porfírio (manuscrito Paris, BnF, Latin 6823, f. 2r). Afinal o Averróis do *Comentário sobre a República de Platão* mostra-se um homem piedoso, orientado pela busca do bem comum numa sociedade dirigida por um governante justo e virtuoso e um convicto defensor da excelência na ação política, sendo esta atividade humana concebida dentro da tradição islâmica na sua relação e em dependência com o direito, sem qualquer oposição, antes concordância, com a vida religiosa e a autoridade do *imam* (cfr. pp. 187-196). Averróis, na tentativa de compreensão do rei-filósofo platónico, estabelece mesmo uma equivalência entre os termos filósofo, rei, legislador e *imam* (pp. 93-94).

O volume não inclui a edição ou tradução do *Comentário sobre a República de Platão*, mas inclui no final a tradução, realizada pela Autora e por Ana Lia de Almeida Prado, do livro VI do *Comentário à Ética Nicómaco de Aristóteles* de Averróis, tradução esta realizada a partir da versão latina (pp. 225-243). Assinale-se ainda que o volume é profusamente anotado (pp. 245-304) e inclui uma detalhada bibliografia de fontes primárias e de estudos gerais (pp. 305-331), pela qual podemos ver que o *Comentário sobre a República de Platão* é uma das obras que mais atenção recente tem recebido, quer em edições, quer em traduções para diversas línguas. Como simples nota crítica assinale-se, numa edição gráfica-

mente muito cuidada, a existência de umas poucas gralhas e de uma ou outra repetição que poderia ter sido evitada (por exemplo, pp. 14 e 221).

Esta obra é uma revisão da tese de doutoramento com o mesmo título defendida pela Autora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. A obra recebeu em 2013 o Prémio Jabuti na categoria de Ciências Humanas. A Autora possui um longo percurso de pesquisa e reconhecimento académico pelos seus trabalhos em torno da filosofia medieval árabe-islâmica, com interesse pelos domínios da ética e política, teoria do conhecimento e metafísica, bem como pelo tema da transmissão do pensamento grego para o mundo islâmico e deste para o mundo latino. Rosalie Pereira publicou na mesma editora uma obra de grande fôlego de introdução ao islão (*Islã Clássico. Itinerários de uma cultura*, 2007, 872 pp.) na qual reuniu a colaboração de um notável e internacionalizado conjunto de islamistas, oferecendo assim uma das mais completas e atualizadas introduções ao conhecimento do mundo islâmico publicadas em português. A Autora é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Mestre em Filosofia pela mesma universidade com a tese *Avicena: A Viagem da Alma: uma leitura gnóstico-hermética de Hayy ibn Yaqzân*, a qual foi publicada também pela Editora Perspectiva em 2002, com segunda edição em 2005.

Com a publicação de *Averróis: a arte de governar*, Rosalie de Souza Pereira prossegue o seu notável labor animado por um espírito de rigor e melhor fundamentação científica para o conhecimento dos filósofos árabes, a que se tem dedicado com profundidade nos últimos anos. Num percurso onde já sobressaía a publicação latina com tradução para português da *Exposição sobre a substância do Orbe* de Averróis (Edipucrs, Porto Alegre 2006), os leitores em português devemos-lhe agora mais um notável trabalho, onde apresenta de modo detalhado e amplo o pensamento político e ético de Averróis.

José Meirinhos
(Departamento de Filosofia /
Instituto de Filosofia U.P.)